

A paz minada



A assinatura, em abril de 2002, dos Acordos de Luena, entre o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o movimento insurgente da União Nacional para Independência Total de Angola (Unita), abriu caminho para um tenso período pós-guerra. Os obstáculos à segurança humana são inumeráveis. Depois da guerra, caracterizada pela destruição e pela pobreza, com milhares de pessoas mortas ou mutiladas por minas, a resposta do governo tem sido repressão e terror.

Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof)
Miguel Filho

A guerra em Angola continuou sem interrupções de 1975 até 2002, quando finalmente os acordos de paz foram assinados.

Cerca de um milhão de mortos, 4 milhões de pessoas deslocadas dentro do país, mais de 500 mil refugiadas (numa população de 12 milhões), milhões de minas antipessoais enterradas e a destruição da infra-estrutura física do país são o balanço de 27 anos de enfrentamento armado entre o MPLA, no governo desde 1979, e a Unita. [...] o Memorando de Entendimento (conhecido como MOU ou também Acordos de Luena), assinado em 4 de abril de 2002 pelo governo e a Unita, com base nos Acordos de Lusaka de 1994, abriu uma porta à esperança e uma oportunidade histórica de reconstruir um país totalmente devastado.¹

Os Acordos de Luena deveriam ter lançado as bases para reconstruir o país, que, após 30 anos de guerra, precisa de mudanças estruturais urgentes. No entanto, é evidente que, na prática, nada foi concretizado, embora as autoridades militares dos dois lados tenham declarado seu de-

sejo de alcançar a reconciliação nacional e o governo tenha anunciado planos para superar a crise.

A insegurança, fruto do desemprego e da falta de alimentos básicos, continua presente em todo o país, mesmo agora, após o fim da guerra. A paz foi consequência da rendição de uma das facções em guerra, sendo marcada pelo processo que a tornou possível – com suas insuficiências e improvisações.

Desde o fim da guerra, houve um crescimento alarmante da criminalidade. O retorno de centenas de milhares de ex-insurgentes triplicou o desemprego e o subemprego, que atualmente afetam a metade da população. O número de crianças que vivem nas ruas está aumentando, assim como o número de pessoas mortas e mutiladas por minas deixadas pelos exércitos de Cuba, da ex-União Soviética e da África do Sul.

Pobreza e repressão

Logo depois da assinatura dos acordos de paz, o gabinete ministerial anunciou as prioridades do governo, enfatizando a reabertura das estradas principais para restabelecer as comunicações e o transporte de pessoas e bens. O orçamento do Programa Econômico e Social de 2003–2004 determinava as seguintes prioridades:

- abrigos de emergência, ajuda alimentar e serviços sanitários para as pessoas deslocadas pela guerra e para suas famílias;
- ajuda para as crianças abandonadas;
- ajuda para pessoas portadoras de deficiência causada pela guerra;
- reinserção na sociedade das pessoas deslocadas e de ex-combatentes;

- extensão da administração estatal para atingir todas as zonas do país;
- extensão dos serviços sanitários e educacionais a todas as comunidades;
- extensão dos serviços financeiros a todo o país.

O principal obstáculo para implementar esse programa é a evidente falta de vontade política de alguns membros do governo, pois o Exército e a Polícia continuam recebendo a maior parte das alocações orçamentárias.

Desde meados de 2003, as necessidades de sobrevivência geraram aumentos na demanda de empregos e na criminalidade. O governo respondeu com repressão. Manifestações de protestos organizadas pelos partidos políticos estão proibidas. Para confiscar as armas em poder da população, a polícia se comporta de forma terrorista e usa apetrechos de guerra. Embora a Constituição não contemple a pena de morte, as pessoas suspeitas de delinqüência são executadas em público. Foi criada uma brigada antiterrorista especial, uma unidade policial para intervenções rápidas, assim como um esquadrão de helicópteros e outro de cães. Os seguranças presidenciais também estão envolvidos com a propagação do terror.

Enquanto isso, o Poder Judiciário ainda não é independente do Executivo e não possui os meios para manter a legalidade constitucional. Uma grave ameaça à segurança humana está no fato de que, na prática, não se respeita o princípio da igualdade de todos os cidadãos e cidadãs perante a lei. Um exemplo são os diplomatas do MPLA julgados por corrupção, que têm a certeza de jamais pisarem em uma cadeia, ao contrário daqueles que estão na oposição.

¹ Intermon-Oxfam. Angola: construuyendo la paz – Retos y perspectivas tras un año de la firma de los Acuerdos. 2003. Disponível em: <www.intermonoxfam.org/cms/HTML/espanol/86/Angola_construyendolapaz_mayo03.pdf>. Acesso em: 8 out. 2004.

Tabela 1 – Indicadores de Desenvolvimento Humano – 2003

Classificação segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	2003	164
População total (milhões)	2001	12,8
Crescimento demográfico anual (%)	1975–2001	2,8
População com menos de 15 anos (% do total)	2001	47,4
População com mais de 65 anos (% do total)	2001	2,7
PIB (US\$ bilhões)	2001	9,5
PIB <i>per capita</i> (US\$)	2001	701
População com acesso a saneamento adequado (%)	2000	44
População com acesso a fontes de água melhorada (%)	2000	38
Partos atendidos por pessoal de saúde qualificado (%)	1995–2001	23
Médicos(as) (por 100.000 habitantes)	1990–2002	5
Pessoas desnutridas (% da população total)	1998–2000	50
Esperança de vida ao nascer (anos)	2000–2005	40,1
Mortalidade infantil (para cada 1.000 crianças nascidas vivas)	2001	154
Mortalidade de menores de 5 anos (para cada 1.000 crianças nascidas vivas)	2001	260
Mortalidade materna (para cada 100.000 crianças nascidas vivas)	1995	1.300
Coefficiente líquido de matrículas no primário (%)	2000–2001	37
Analfabetismo de pessoas adultas (% de 15 anos ou mais)	2001	42
Gastos públicos com educação (% do PIB)	1998–2000	2,7
Gastos públicos com saúde (% do PIB)	2000	2
Gastos militares (% do PIB)	2001	3,1
Serviço total da dívida (% do PIB)	2001	19,7
Deslocados internos (milhares)	2001	202
Total das forças armadas (milhares)	2001	100
Índice das Forças Armadas Total (1985=100)	2001	202

Fonte: Pnud (*Relatório de Desenvolvimento Humano – 2003*) e Unicef (*Estado Mundial da Infância – 2000*).

Sem escolas ou atendimento médico

Um dos pilares para construir a segurança humana a curto prazo é a educação. Por meio dela, adquire-se consciência da importância da liberdade e do direito à vida. Porém, esse privilégio está fora do alcance de muitas crianças. Há pouquíssimas escolas – em algumas zonas, não existe nenhuma – e conseguir uma vaga significa expor-se à corrupção imperante no sistema educacional.² As ONGs enfrentaram esse problema. A Fundação Evangelizadora e Cultural da Igreja Católica, por exemplo, contratou professores(as) e educadores(as) em Portugal para projetos educativos no interior do país.

De acordo com o Ministério da Educação, cerca de 3 milhões de crianças e jovens estão na escola, enquanto mais 40 mil permanecem nas ruas esperando a construção de mais escolas. Professores e professoras

não têm materiais de ensino, programas ou livros didáticos para suas aulas e seu salário mensal médio é cerca de US\$ 70.

Em relação à saúde, existe um(a) médico(a) para cada 20 mil habitantes e somente 30% da população tem acesso a atendimento médico. A mortalidade infantil supera 154 para cada mil crianças nascidas vivas, e a esperança de vida é de menos de 40 anos. Durante a guerra, 65% da infra-estrutura de saneamento foi destruída.³

No fim de 2003, o governo ainda não tinha recuperado nenhuma estrada importante. O governo não tem os meios para fornecer alimentos às pessoas mais necessitadas ou aos centros populacionais mais remotos, como os acampamentos de refugiados para ex-insurgentes e suas famílias, onde aumenta o número de mortes por fome.

As minas terrestres continuam a ser uma causa significativa de morte na zona rural. Segundo o Instituto Nacional para a Remoção de Explosivos, morrem cerca de 10 pessoas por dia, durante o trabalho ou quando procuram alimentos em campos minados. Existem aproximadamente 10 milhões de minas não-detonadas no país. A explosão de minas já mutilou 70 mil pessoas, das quais 8 mil eram crianças.⁴ As vítimas dessas minas, civis ou militares, não recebem o atendimento médico necessário.

A ajuda financeira do governo é escassa; por isso, procura-se ajuda internacional para desativar as minas e fornecer membros artificiais às vítimas. Uma reunião de países africanos sobre minas terrestres procurará adotar uma posição conjunta a ser apresentada na conferência que fará a revisão da Convenção de Ottawa, a ser realizada no Quênia no fim de 2004.⁵ ■

² Informação do *Guia del Mundo 2005-2006*, disponível na Internet.

³ Ver <www.ibacom.es/Unicef/emergencia>. Acesso em: 8 out. 2004.

⁴ Ibidem.

⁵ A Primeira Conferência de Revisão (“Cúpula de Nairóbi sobre um Mundo sem Minas 2004”) será realizada de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2004 em Nairóbi, Quênia. Informações podem ser obtidas em: <www.icbl.org/reviewconference/>.